

Parlamentares pedem investigação das empresas de ônibus de BH ao Ministério Público

Nesta quinta-feira (8), G1 mostrou que a Prefeitura de Belo Horizonte manteve ajuda de R\$ 4 milhões semanais às concessionárias, mesmo com os ônibus circulando lotados durante a pandemia.

Por Patrícia Fiúza, G1 Minas

08/04/2021 16h26 - Atualizado há 6 meses

Parlamentares de Belo Horizonte enviaram, nesta quinta-feira (8), um ofício ao Ministério Público de Minas Gerais pedindo investigação das empresas que prestam serviço de transporte coletivo na capital mineira.

O pedido partiu das vereadoras Iza Lourença e Bella Gonçalves, da deputada estadual Andreia de Jesus e da deputada federal Áurea Carolina, todas do PSOL.

No ofício enviado ao MP, as parlamentares pedem que medidas sejam tomadas para garantir a proteção à saúde dos passageiros. Elas apontaram a redução de linhas durante a pandemia e os impactos da lotação dos coletivos para a disseminação do novo coronavírus.

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT Nº 094/2021 DE 14 DE AGOSTO DE 2021

Assunto: Repasses realizados ao Consórcio Operacional do Serviço de Transporte Coletivo Público Convencional do Município de Belo Horizonte – TRANSFÁCIL a título de adiantamento de receitas de vale transporte.

- i. o primeiro momento, entre março a julho de 2020, referente a 1ª à 13ª antecipações apresentadas na Tabela 1, em que os pagamentos foram realizados pela Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA a pedido da BHTRANS, cujas documentações são apresentadas no Anexo I;
- ii. o segundo momento, entre julho a dezembro de 2020, referente a 14ª à 31ª antecipações apresentadas na Tabela 1, no qual os pagamentos foram feitos conforme os critérios propostos pelo município para promover a melhoria no transporte coletivo da cidade e constantes no Termo de Audiência firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Ministério Público de Minas Gerais em 24/07/2020, cujas documentações são apresentadas no Anexo II; e
- iii. o terceiro momento, entre dezembro de 2020 a junho de 2021, referente a 1ª à 28ª antecipações (renumeração pela SMFA) apresentadas na Tabela 1, no qual foi celebrado um acordo judicial para realização dos repasses, no processo nº 5172824-67.2020.8.13.0024, cujas documentações são apresentadas no Anexo III.

A depender da conduta do agente de liquidação, a forma de repasse e a forma compensação futura dos créditos adiantados podem gerar diferentes efeitos financeiros. A título ilustrativo, pode-se discutir algumas alternativas de como o repasse pode ter sido realizado: linearmente ou por alguma regra de proporcionalidade definida pela agente de liquidação, como ilustra a **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

Erênio Jaderson de Souza – BT02150
Gerente de Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Felipe Melo Rocha – BT02147
Superintendente de Transporte Público – SUTP
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Samira Marx Pinheiro – BT02146
Superintendente de Transporte Público – SUTP
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS